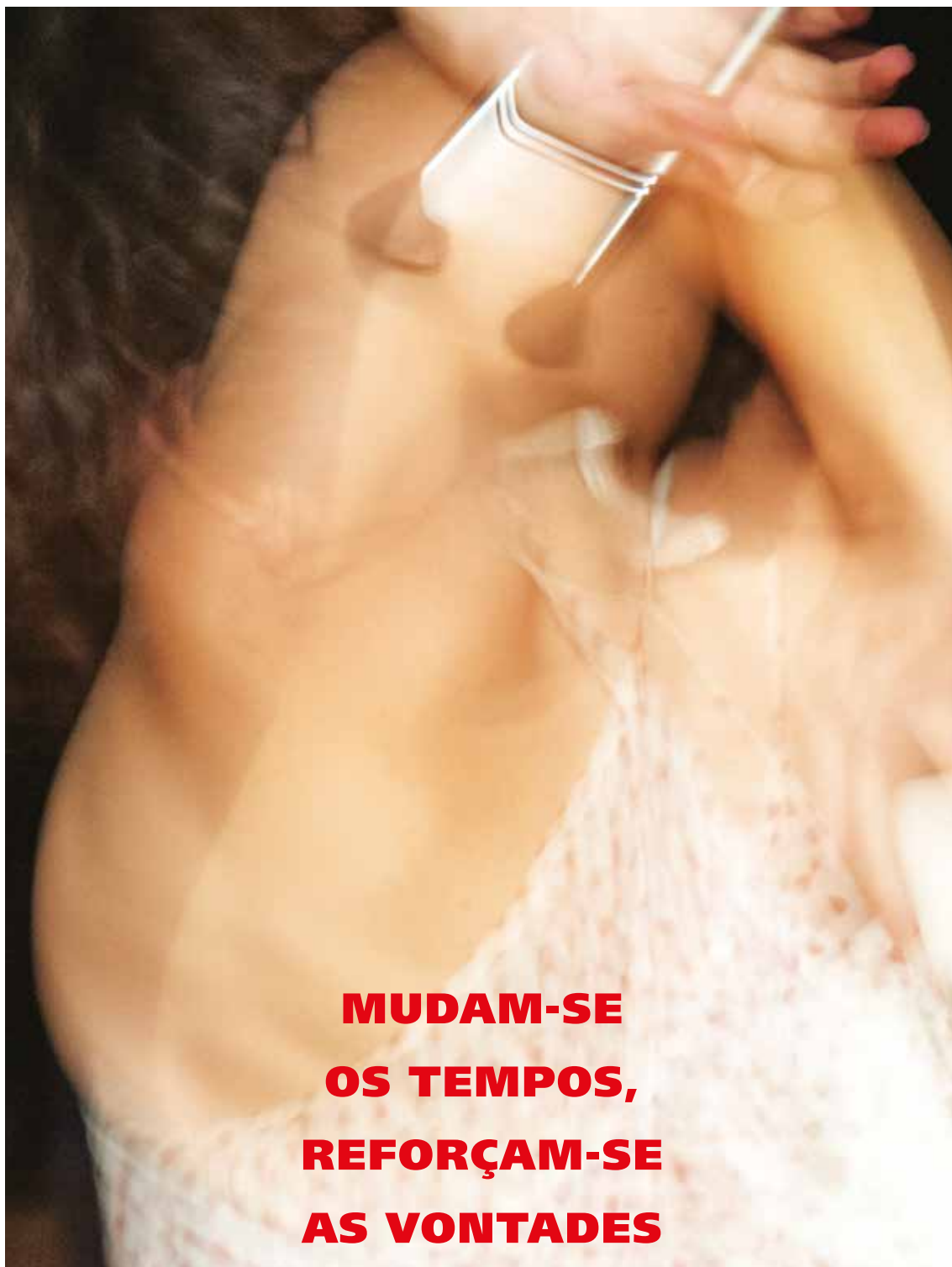


spⁱinformação



**MUDAM-SE
OS TEMPOS,
REFORÇAM-SE
AS VONTADES**

PRIMEIRA REUNIÃO COM O MINISTÉRIO PERMITE ESPERANÇA

A partir de agora espera-se que Governo e Parlamento sejam espaços de resolução de problemas e não de conflito. O diálogo e a negociação construtivos e consequentes são sempre preferíveis à luta.



Na sequência da tomada de posse do XXI Governo Constitucional, a Federação Nacional dos Professores solicitou várias reuniões com membros do Executivo. A primeira foi com o ministro da Educação (16 de dezembro) e decorreu de forma positiva, permitindo constatar coincidência de pontos de vista relativamente a alguns problemas e às soluções necessárias.

Tiago Brandão Rodrigues referiu a intenção de estabelecer com a Fenprof uma relação séria e esclarecida, no quadro de um clima de confiança nos professores, fundamental no combate ao abandono escolar e na promoção do sucesso. A defesa da Escola Pública esteve sempre presente

na intervenção do ministro, que reconheceu a necessidade de estabilizar o trabalho das escolas e de tratar a comunidade educativa como um todo.

A delegação da Fenprof, chefiada por Mário Nogueira, assinalou como interessantes os novos sinais vindos da Assembleia da República e destacou a necessidade desse clima de confiança nos professores (e de respeito pelas suas organizações sindicais), perdido na última década. Para tal contribuirão processos de diálogo e de negociação efetivos, onde a Fenprof saberá assumir a responsabilidade de organização mais representativa dos educadores e professores.

TEMPOS DE MUDANÇA POSITIVA

[editorial]

Vive-se hoje um tempo político novo. A atual solução governativa, inédita na história portuguesa, se não é suficiente para acabar com o ciclo de austeridade dos últimos anos, tem pelo menos uma virtualidade – interrompeu-o.

Desde logo, impedindo a entrada em vigor do programa do XX Governo Constitucional, demitido 12 dias depois de ter sido empossado. Um programa que pretendia alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo para consagrar, entre outras questões, “a liberdade de escolha”, “a diferenciação dos percursos escolares”, “a diversificação da natureza institucional das escolas”, “escolas independentes, a partir de projetos liderados por professores do setor público ou consórcios integrando encarregados de educação, municípios ou IPSS”.

Para o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que sempre se bateu pela democratização do sistema de ensino, travar o caminho de elitização e de privatização que tem vindo a ser prosseguido é positivo, é condição necessária, ainda que não suficiente, para a reversão desse projeto político.

Aguardando a marcação de reunião com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – setor que vive graves problemas, nomeadamente ao nível do financiamento, mas também da Ação Social Escolar –, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi já recebida pela nova equipa do Ministério da Educação. O clima de diálogo construtivo que marcou essa primeira reunião parece abrir perspectivas positivas para a resolução de alguns problemas.

Manifestando vontade de estabelecer uma relação de confiança com os professores e de estabilizar o trabalho das escolas, o ministro destacou, nas prioridades governativas, a universalização da Educação Pré-Escolar a partir dos três anos, a criação de sistemas sólidos de aferição e avaliação, o reforço da Ação Social Escolar (incluindo a definição de uma política para os manuais escolares), a aposta na formação ao longo da vida e o combate à excessiva burocratização dos processos e do trabalho dos docentes.

Na ocasião, foi sublinhado o facto de se estar a viver um tempo novo, decorrente do facto de na Assembleia da República existir uma nova maioria que terá, também, importância na definição do rumo das políticas educativas – como, aliás, ficou já claro com a revogação dos exames do 4º ano de escolaridade, da PACC e do regime de qualificação, medidas que o anterior governo insistiu em impor, apesar da forte e generalizada contestação de que foram alvo.

Como se refere no Plano de Atividades do SPN para 2016, que divulgamos neste número, “se a anunciada vontade política do novo governo se concretizar, teremos pela frente um trabalho construtivo e rigoroso, responsável e participado, de identificação de problemas, definição de prioridades, negociação de soluções e construção de consensos”.

Mas, como bem sabemos, uma conjuntura política mais favorável só aumentará a nossa margem de manobra no plano institucional se, ao mesmo tempo, formos capazes de aumentar a força da nossa razão, da nossa participação e da nossa mobilização. Com propostas credíveis e exequíveis, com abertura para calendarizar processos e fasear soluções, mas também com a demonstração inequívoca da determinação dos docentes e investigadores em contribuir com a sua ação para a reversão do ciclo de retrocesso agora interrompido.

Que 2016 possa ser um ano de consolidação de um caminho de mudança, capaz de renovar a nossa vida pública e de restaurar a confiança na democracia e no futuro.

Um bom ano para todos!



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

2015 EM REVISTA

A luta contra a municipalização foi, talvez, a frente de luta que mais marcou a ação do Sindicato dos Professores do Norte em 2015 – ou mais precisamente desde junho de 2014.

Ao longo deste período, o SPN promoveu reuniões e debates, com autarcas e professores de Boticas, Famalicão, Guimarães, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Viana do Castelo – municípios da sua área geográfica onde o processo de municipalização constituía preocupação mais urgente; reuniu com professores, conselhos gerais e direções de agrupamento/escola e participou em debates promovidos por partidos; divulgou abundante informação e documentação, nomeadamente, sobre a evolução do processo, tomadas de posição, contratos interadministrativos, anexos à contratualização, modelos de financiamento...

Quando necessário e solicitado, o SPN esteve à porta das câmaras e nas assembleias municipais a dizer não à municipalização, como em Oliveira de Azeméis ou Matosinhos; o Gabinete Jurídico avançou com providências cautelares e prestou apoio aos professores e escolas que o quiseram fazer de modo próprio;

No âmbito da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), o sindicato integrou delegações e participou em reuniões com grupos e comissões parlamentares, gabinete do primeiro-ministro, Ministério da Educação, secretarias de Estado, Conselho das Escolas, Associação Nacional de Municípios, Conselho Nacional de Educação... Finalmente, o SPN participou decisivamente na consulta aos professores, sendo o Norte a região que mais mesas assegurou e mais votos recolheu.



JANEIRO

- 07.** Reunião sobre a municipalização com responsáveis pela Educação da Câmara de Matosinhos.
- 07.** Reunião sobre a municipalização com o Conselho das Escolas. Fenprof, Lisboa
- 10.** Encontro nacional de quadros sindicais da Educação Pré-Escolar. Fenprof, Lisboa
- 13.** Concentração de trabalhadores do Instituto da Segurança Social frente ao MEC, contra a mobilidade especial. Fenprof, Lisboa
- 22.** Concentração de professores das escolas públicas especializadas de Ensino Artístico. Fenprof, Lisboa



FEVEREIRO

- 05.** Debate sobre Educação Especial. SPN, Póvoa de Varzim
- 09.** Concentração de professores das escolas particulares e cooperativas de Ensino Artístico Especializado. Fenprof, Lisboa
- 20.** Reunião no MEC para entrega de propostas de alteração ao regime dos concursos. Fenprof, Lisboa
- 25.** Tertúlia com Luiz Dourado sobre “Educação e Qualidade: Perspetivas e Desafios” (a experiência brasileira). SPN/A Página da Educação, Porto



- 28.** Debate “Municipalizar a Educação”, com especialistas, autarcas e dirigentes sindicais. Fenprof, Porto

MARÇO

- 07.** Dia Nacional de Luta da CGTP-IN, com manifestações distritais em Braga e Porto



- 09-20.** Gabinetes de apoio aos concursos em todas as delegações do SPN.
- 12.** Reunião de esclarecimento sobre concursos. SPN, Porto
- 13.** Greve nacional dos trabalhadores da Administração Pública. CGTP-IN/Fenprof
- 16.** Concentração de professores das escolas públicas de Ensino Artístico. Fenprof, Lisboa
- 20.** Entrega ao MEC de 180 requerimentos de investigadores e professores do Ensino Superior para aplicação da diretiva comunitária sobre vinculação e remunerações. Fenprof, Lisboa
- 24.** Reunião de professores do Ensino Artístico. SPN, Braga
- 25-27.** Greve a todo o serviço relacionado com a PACC. Plataforma Sindical dos Professores

ABRIL

- 07-30.** Greve ao serviço relacionado com o *Preliminary English Test* (PET), para a qual o Colégio Arbitral não estabeleceu serviços mínimos. Plataforma Sindical dos Professores



- 18.** “Autoridade Profissional Docente: sentidos de uma mudança urgente”. Ciclo de Conferências Fenprof 2015 (pág. 8), Porto
- 28-29.** Plenários de professores sobre o PET. SPN, Braga, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim e Santa Maria da Feira
- 30.** Entrega à presidência da Assembleia da República de petição sobre mobilidade especial. Fenprof, Lisboa
- 30.** Concentração de professores das escolas de Ensino Artístico Particular e Cooperativo junto da representação da Comissão Europeia em Lisboa. Fenprof

MAIO

01. Homenagem a Adriano Teixeira de Sousa, com atribuição do seu nome ao auditório do SPN. Porto



06. Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela ordena reintegração de educadora de infância no Instituto de Segurança Social, num processo de requalificação movido pelo Gabinete Jurídico do SPN.

07. Reunião com a Direção Geral de Educação sobre a avaliação na Educação Pré-Escolar. Fenprof, Lisboa

15. Denúncia pública das condições de exercício da docência e exigência de respeito pela profissão, horários de trabalho adequados, redução do número de alunos por turma, fim do processo de municipalização e regime de aposentação que tenha em conta o desgaste profissional. Fenprof, Lisboa

16. Entrega ao Provedor de Justiça de exposição no sentido da aplicação no Ensino Superior da diretiva comunitária sobre vinculação e remunerações. Fenprof, Lisboa

28-29. Plenários de professores de Inglês em várias delegações do SPN

JUNHO

02. Reunião com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura sobre mobilidade especial e requalificação. Fenprof, Lisboa

02-04. Consulta nacional aos educadores e professores sobre a municipalização (98% pronunciaram-se contra).

14. Entrega na Assembleia da República da petição “Em Defesa da Escola Pública”. Fenprof, Lisboa

16. Reunião com o MEC para apresentação de medidas para melhorar a organização pedagógica e o funcionamento das escolas no ano letivo 2015/16. Fenprof, Lisboa

20. Manifestação nacional “Pela luta dos professores, revalorizar a educação, defender a profissão!”. Plataforma Sindical dos Professores, Lisboa



30. Lançamento da campanha “Aposentação aos 36 anos de Serviço: uma reivindicação sensata e mobilizadora”. Fenprof, Lisboa

JULHO

04. Encontro Nacional de Professores do Ensino Particular e Cooperativo. Fenprof, Lisboa

06. Entrega na Assembleia da República da petição “Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do Ensino Superior”. Fenprof

16. Reunião dos Corpos Gerentes, com a participação de Ricardo Paes Mamede. SPN, Póvoa de Varzim



20. Fenprof denuncia em comunicado que “Governo não tem um projeto para o 1º CEB”.

21. Reunião com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura para apresentação e debate da petição “Contra a requalificação/mobilidade especial, pelo direito ao emprego e a uma Escola Pública de qualidade”. Fenprof, Lisboa

27. Reunião com o MEC sobre as questões do 1º Ciclo. Fenprof, Lisboa

AGOSTO

06. Recurso ao Provedor de Justiça sobre a reposição de verbas por parte dos docentes que exercem funções nas Atividades de Enriquecimento Curricular. Fenprof

SETEMBRO

08-09. Jornadas Sindicais: os currículos, a formação contínua e a avaliação de desempenho; a necessidade de devolver dignidade à profissão docente (com a participação de Manuel António Silva). SPN, Porto



- 18.** Concentração de docentes do Ensino Artístico. Fenprof, Lisboa
- 21.** Conferência de imprensa sobre a abertura do ano letivo. Fenprof, Porto



- 23.** “Ensino Superior: Que mudanças?”, debate promovido pela Fenprof, Lisboa
- 24.** SPN denuncia a existência de elevados níveis de dióxido de carbono e radão em escolas do 1º Ciclo e jardins de infância no norte do país.
- 28.** Plenário de docentes do Ensino Particular e Cooperativo. SPN, Porto

OUTUBRO

- 05.** Dia Mundial dos Professores.
- 10.** “Dar força aos professores. Por uma sociedade mais justa e sustentável” — seminário comemorativo do Dia Mundial dos Professores. SPN, Braga
- 16.** Acórdão do Tribunal Constitucional declara a PACC anticonstitucional e Fenprof reclama a devolução do montante despendido aos docentes que se inscreveram.
- 17.** Debate sobre o 1º Ciclo e a Educação Pré-Escolar. SPN, Porto



- 21.** Publicação de despacho que dispensa de profissionalização os professores do Ensino Artístico Especializado.
- 28.** Concentrações distritais de trabalhadores sob o lema “Cumprir a Constituição, mudar de política, resolver os problemas dos trabalhadores e do país”. CGTP-IN, Braga e Porto

NOVEMBRO

- 10.** Concentração na Assembleia da República, contra a aprovação do Orçamento de Estado do XX Governo Constitucional. CGTP-IN, Lisboa



- 21.** Encontro nacional de docentes com deficiência. Fenprof/CNOD/INR, Lisboa
- 27.** Assembleia da República aprova a extinção dos exames do 4º ano de escolaridade.

DEZEMBRO

- 02.** Em comunicado de imprensa, Fenprof reconhece que o XXI Governo Constitucional abre expectativas de resolução de problemas que afetam os docentes
- 09.** Discussão na Assembleia da República da petição “Contra a requalificação/mobilidade especial, pelo direito ao emprego e a uma Escola Pública de qualidade”.
- 14.** Fenprof denuncia situação de professores do Ensino Artístico Especializado que não recebem o vencimento há vários meses e avisa que a não resolução do problema determinará uma greve por tempo indeterminado, a partir de 4 de janeiro de 2016
- 16.** Primeira reunião com a nova equipa do Ministério da Educação. Fenprof, Lisboa



E AINDA...



O SPN e a Fenprof marcaram presença no Fórum Social Mundial, que decorreu de 23 a 28 de março, em Tunes (Tunísia).



Como habitualmente, o SPN participou nas cerimónias e nos desfiles comemorativos do 25 de Abril e do 1º de Maio em várias localidades.



No dia 1 de maio foi inaugurado na sede do SPN, no Porto, um painel oferecido pelo artista plástico Alberto Pêssimo.



A coordenadora do SPN, Manuela Mendonça, foi eleita para o Comité Executivo da Internacional da Educação durante o 7º Congresso Mundial, que decorreu de 21 a 26 de julho, em Otava (Canadá).

CONFERÊNCIAS FENPROF 2015

11.04 - Organização do Sistema Educativo, incluindo a sua descentralização. SPZS, Évora

18.04 - Autoridade Profissional Docente: sentidos de uma mudança urgente. SPN, Porto

20.04 - Ensino Superior e Ciência: (des)construção de um sistema. SPRC, Coimbra

23.04 - Gestão e Administração Escolar: a questão das autonomias. SPGL, Lisboa

16.05 - Inclusão: o grande desafio do futuro. SPRC, Viseu

22.05 - Papel da Autonomia Regional na definição das políticas educativas. SPM, Funchal

30.05 - Currículo Escolar: uma questão essencialmente política? SPZS, Faro

06.06 - Currículo Escolar: uma questão essencialmente política? SPRA, Ponta Delgada

ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO À BEIRA DA RUTURA

Se o problema do financiamento e dos salários não estiver resolvido até ao fim do ano, a Fenprof convocará uma greve para todo o mês de janeiro, a prolongar mensalmente enquanto se justificar.

A situação é dramática. Há quem pretenda suspender o contrato de trabalho; quem, depois da atividade letiva, trabalhe em *call-centers*, restaurantes, centros comerciais ou táxis, para garantir um rendimento de sobrevivência; quem tenha de entregar a casa ao banco, por não poder pagar as prestações; e até quem receie perder a tutela de filhos por insuficiência de rendimento...

Face à insustentabilidade da situação, muitas escolas de Ensino Artístico Especializado (EAE) admitem suspender a atividade a partir de janeiro, por incumprimento do contrato celebrado com o ministério, que previa os dias 15 de outubro e 30 de novembro para a transferência das verbas relativas à primeira e à segunda parcelas do financiamento (40%).

Da parte dos docentes, a Fenprof irá corresponder à vontade expressa nas reuniões que têm vindo a realizar-se e – se o problema não for resolvido até final de dezembro – irá convocar uma greve dos docentes do EAE para todo o mês de janeiro de 2016, a prolongar mensalmente enquanto se justificar.

A responsabilidade pelo que está a acontecer é inteiramente do anterior governo PSD/CDS-PP, que não honrou a palavra dada, violando prazos que tinham sido aprovados para evitar problemas já verificados em 2014/15; dos responsáveis da DGEstE que, pelo segundo ano consecutivo, preencheram incorretamente os documentos a enviar ao Tribunal de Contas para a obtenção de visto; e também dos governos que ao longo dos anos não se dispuseram a discutir e estabelecer um modelo de Ensino Artístico, com o devido financiamento público, que assentasse numa resposta pública de qualidade e pudesse dar conta das necessidades existentes.



O QUE DEFENDE A FENPROF. Com a batata quente nas mãos, porém, a responsabilidade pela resolução do problema é da atual maioria parlamentar e do governo que sem efeito sustenta. Face à situação criada, e sem prejuízo de rapidamente se iniciar o debate sobre a reorganização do EAE, a Federação Nacional dos Professores defende:

- a criação de uma linha de crédito sem juros, para as escolas que ainda não receberam financiamento regularizarem os salários de docentes e não docentes;
- que o Ministério da Educação solicite um visto tácito ao Tribunal de Contas para desbloqueamento provisório de verbas
- o encerramento urgente das contas referentes ao ano transato;
- a apresentação imediata ao Tribunal de Contas dos processos necessários à transferência de financiamento para as escolas;
- o escrupuloso respeito pela lei no cumprimento dos prazos do financiamento previstos para o restante ano letivo;
- a abertura de processo de inquérito, pela Inspeção Geral de Educação, que apure responsabilidades;
- a demissão do diretor da DGEstE por atuação incompetente, levando a um atraso ainda maior na regularização da situação.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Próximos da interrupção natalícia da actividade letiva, os sindicatos viram-se uma vez mais na necessidade de relembrar aos agrupamentos o que consta no calendário escolar para a Educação Pré-Escolar (EPE).

Porque, ao longo dos anos, o calendário vem sendo alvo de interpretações diferenciadas, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) endereçou aos agrupamentos da sua área geográfica uma carta "com o objetivo

de contribuir para sanar os problemas que em alguns casos se têm verificado", destacando os pontos 1.6 e 1.8 do Despacho 7104-A/2015, de 26 de Junho:

"1.6 - Na programação das reuniões de avaliação é assegurada a articulação entre os educadores de infância e os professores do 1.º ciclo do ensino básico, de modo a garantir o acompanhamento pedagógico das crianças no

seu percurso entre aqueles níveis de educação e de ensino."

"1.8 - No final dos 1.º e 2.º períodos letivos, correspondentes aos ensinos básico e secundário, os educadores de infância dispõem de um período de avaliação das crianças do respetivo grupo, que é obrigatoriamente coincidente com o período de avaliação estipulado para o 1.º ciclo do ensino básico,

com o objetivo de permitir a articulação desse processo avaliativo com os professores daquele nível de ensino."

Parece assim evidente que os períodos destinados à avaliação na EPE têm de ser *obrigatoriamente coincidentes* com os que vierem a ser definidos para o 1º Ciclo do Ensino Básico, entendimento partilhado pela Direção Geral de Educação.

PARLAMENTO APROVOU O FIM DA REQUALIFICAÇÃO

Uma petição da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) pelo fim do regime de requalificação/mobilidade especial foi debatida no plenário da Assembleia da República no dia 9 de dezembro, conjuntamente com projetos do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda. Poucos dias depois, o fim da requalificação foi aprovado na generalidade.

As iniciativas legislativas do PCP e do BE apontam no sentido de eliminar os artigos do regime de concursos que regulamentam a aplicação da requalificação aos docentes, já a partir de 1 de fevereiro. Espera-se que esta seja, também, a oportunidade para os docentes remetidos à 'requalificação' pelo governo anterior serem reintegrados nos seus postos de trabalho, onde são necessários.

Durante o debate parlamentar, a 'requalificação' foi caracterizada como "fator de instabilidade e porta aberta ao aumento do desemprego" (Ana Virginia Pereira, PCP), "ameaça permanente", "humilhação dos trabalhadores da Administração Pública" e, especificamente no ensino, "processo particularmente obscuro" (Joana Mortágua, BE). Porfírio Silva (PS) identificou o regime como antecâmara do desemprego e sublinhou que a valorização da profissão docente é um objetivo do atual governo. Referiu, ainda, a possibilidade de substituição deste regime por "uma mobilidade voluntária, útil para os serviços e para os próprios".

Já os deputados do PSD e do CDS-PP ficaram-se pelo elogio da atuação do anterior governo, não hesitando na manipulação dos números a propósito do decréscimo da natalidade e da consequente redução do número de alunos e de professores.

O debate parlamentar terminou com Heloísa Apolónia a sintetizar "as duas visões distintas" em confronto: os que olham para a educação como despesa – como fez o governo anterior – e os que olham para a educação como investimento para o futuro. "É tempo de corrigir erros", afirmou a deputada dos Verdes, referindo a necessidade de revogar a requalificação/mobilidade especial.

REVOGAÇÃO É URGENTE. O sistema de requalificação profissional – ou mobilidade especial, como era designado na legislação de 2006 – foi criado com o objetivo de receber os funcionários do Estado considerados excedentários nos respetivos serviços, na sequência da sua reestruturação e reorganização; as normas são também aplicadas quando se verifiquem desequilíbrios económico-financeiros estruturais e continuados que obriguem à racionalização do número de trabalhadores efetivos.

Se, em termos gerais, o sistema já é de duvidosa necessidade, a sua aplicação na Educação é um completo absurdo, revelando o enorme desrespeito com que o anterior governo tratou a Escola Pública e os seus trabalhadores.

No primeiro ano de aplicação (em março), foram poucos os docentes abrangidos por este processo: doze, embora a este número se tenham somado cerca de 140 no âmbito do então Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Neste momento, há cerca de 70 docentes dos quadros não colocados, pelo que sobre eles incide a mesma ameaça: redução do salário em pelo menos 40%; se a situação se mantiver ao fim de um ano, o corte passa, no mínimo, a 60% – ameaça que poderá concretizar-se a partir de 1 de fevereiro de 2016 (artigo 47º-G do Decreto-Lei 132/2012, na redação do Decreto-Lei 83-A/2014).

Sendo certo que a Fenprof defende a eliminação do regime de requalificação para todos os trabalhadores da Administração Pública, aquela norma legal específica para os docentes impõe urgência na resolução do problema, para evitar a possibilidade de mais professores serem afetados e de os já abrangidos verem a situação agravar-se.

A PETIÇÃO ENTREGUE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA VISA

- a não aplicação do regime de requalificação/mobilidade especial aos docentes;
- o regresso dos docentes retirados às respetivas escolas, onde deverão continuar a desenvolver as atividades por que eram responsáveis;
- a consideração na componente letiva de todas as atividades que implicam trabalho com alunos, designadamente as reconhecidas para efeito de completamento de horário letivo, exceto quando a titularidade de turma não atinge as seis horas;
- que não sejam tomadas mais medidas destinadas a despensar docentes e corrigidas as já impostas: aumento do número de alunos por turma, corte de horas às escolas para se organizarem pedagogicamente, soluções curriculares de natureza economicista, entre outras.

POR UM REGIME DE APOSENTAÇÃO JUSTO



Vários estudos nacionais e internacionais confirmam que o exercício continuado da profissão docente provoca um elevado desgaste físico e psicológico, acabando, inevitavelmente, por se refletir na qualidade do trabalho desenvolvido.

Nos últimos anos, o desgaste dos educadores e professores tem vindo a acentuar-se, fruto do agravamento dos horários de trabalho e das alterações introduzidas no regime de aposentação, impondo a uniformização de regimes e o agravamento das condições de tempo de serviço e de idade. Alterações profundamente injustas, porque obrigam os docentes a trabalhar para além dos 66 anos de idade (o que, para muitos, se traduz no exercício da actividade durante mais de 45 anos), retiram aos professores e aos alunos o direito a condições condignas de ensino e de aprendizagem e dificultam a indispensável renovação do corpo docente.

Neste quadro, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) decidiu promover uma petição, à Assembleia da República, em que propõe:

- de imediato, a título de regime transitório e sem qualquer penalização, a aposentação voluntária de todos os docentes que completaram 40 anos de serviço e de descontos;
- na vigência do regime transitório, a possibilidade de aposentação antecipada sem qualquer penalização que não seja a que decorra do tempo de serviço efetivamente prestado e dos descontos realizados;
- o início de negociações para um regime de aposentação aos 36 anos de serviço e descontos, sem qualquer outro requisito;
- a alteração do artigo 37º-A do Estatuto da Aposentação (DL 498/72), de forma a ser possível a aposentação antecipada a partir do momento em que os docentes completem 30 anos de serviço, independentemente da idade.

Tendo em conta que a petição reuniu rapidamente dezenas de milhares de assinaturas [pode ainda ser subscrita em <http://form.fenprof.org/?sid=77178>, muito em breve será entregue na presidência da

Assembleia da República, ficando assim garantida a sua discussão e votação em sessão plenária.

VANTAGEM SIGNIFICATIVA. Esporadicamente, os sindicatos têm recebido algum descontentamento quanto às condições reivindicadas, sendo-nos lembrado que representam um retrocesso, quando comparadas com o que, em tempos, estava estabelecido na Lei – diferença mais notória quando a comparação é feita com os regimes especiais que vigoraram para educadores de infância e docentes do 1º Ciclo em regime de monodocência.

Contudo, por muito que isso custe a admitir, não se pode ignorar que esses regimes foram alterados há já 10 anos, por uma harmonização faseada com o regime geral (Lei 60/2005 e DL 229/2005), até 1 de janeiro de 2021 para a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo e até 1 de janeiro de 2015 para os restantes setores de ensino – faseamento bruscamente interrompido, tendo a harmonização sido antecipada para 1 de janeiro de 2013 (Lei 66-B/2012). Alterações legais posteriores, fazem com que – a partir de 1 de janeiro de 2016 – seja necessário ter não apenas 40 anos de serviço mas também a idade mínima de 66 anos e 2 meses para que um docente se possa aposentar sem penalizações.

É com este quadro legal – e não com qualquer outro já revogado – que tem de se comparar o que agora é reivindicado, que para a esmagadora maioria dos docentes se traduziria numa significativa antecipação do momento de aposentação; mesmo no quadro do regime transitório referido atrás, uma vez que quase nenhum docente tem ou terá mais de 66 anos de idade ao atingir os 40 de serviço.

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO: A LUTA CONTINUA NA JUSTIÇA



O Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social do anterior governo, entretanto exonerado, declarou a caducidade do contrato coletivo de trabalho (CCT) celebrado em 2011 entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), com efeitos a 13 de maio de 2015.

Na sequência da “audiência dos interessados”, a Fenprof foi notificada da decisão pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e, conforme tinha anunciado, irá avançar com adequadas ações judiciais, tendo por base o entendimento de que o CCT só poderá caducar em agosto de 2017. Recorde-

-se que, entretanto (agosto de 2015), foi publicado um novo CCT entre a AEEP e a Federação Nacional da Educação (FNE), ainda mais negativo e penalizador do que o anteriormente assinado pelas duas entidades. Alerta no que respeita a retribuições: os docentes que, em maio de 2015, auferiam retribuições decorrentes de horários letivos superiores a 22 horas, deverão manter essa retribuição. Assim, se em setembro viram as suas retribuições diminuídas, deverão informar-se junto do respetivo sindicato da Fenprof para poderem reclamar do corte imposto e exigir retribuição igual à que auferiam em maio.

CERCO À ESCOLA PÚBLICA

No início do ano letivo (11 de setembro), com as turmas já organizadas e com os recursos necessários ao seu funcionamento já definidos, deram entrada no Agrupamento de Escolas do Cerco (Porto), sem que fosse apresentada qualquer justificação ou fundamento, 44 pedidos de transferência de alunos – beneficiários do Rendimento Social de Inserção – para dois estabelecimentos de ensino privados, ao abrigo de protocolos estabelecidos com a Qualificar Para Incluir, Associação de Solidariedade Social - QPI.

A direção do agrupamento e a Associação de Pais e Encarregados de Educação manifestam estranheza e preocupação com este “desvio” (só de uma turma foram transferidos 16 dos 18 alunos) e colocam sérias reservas em relação à bondade do procedimento, uma vez que não foi incluído no “pacote” da transferência qualquer aluno de etnia cigana, não sendo poucos os que frequentam as escolas do agrupamento. Dispondo o agrupamento de bons recursos físicos e humanos

e de capacidade para responder aos alunos no plano educativo, não se entende qual a razão por que foram transferidos alunos para uma instituição de ensino privado em situação de insolvência (Colégio Ellen Key), que chegou a ver a sua cantina encerrada pela ASAE, ao que tudo indica por falta de condições de higiene, sendo depois transferidos para um outro colégio privado (Liverpool), sendo que 12 dos transferidos já regressaram ao Cerco do Porto, por não se terem adaptado ao colégio.

Dispondo o agrupamento de condições para uma resposta educativa adequada, não se compreende que a anterior equipa do ministério tenha dado indicações ao agrupamento para formalizar a transferência dos alunos em questão. Razão por que a Fenprof manifestou à Inspeção Geral de Educação e Ciência a sua preocupação pelos custos pedagógicos acrescidos e desnecessários que a decisão implicou.

REGISTO CRIMINAL, SIM OU NÃO?



Recentemente, a obrigatoriedade de entrega do certificado tornou-se anual para centenas de milhares de trabalhadores, incluindo todos os docentes, dos quadros ou contratados.

A Lei nº 113/2009, que visa o combate à exploração e ao abuso sexual de crianças, estabelece que “no recrutamento para profissões, empregos, funções ou atividades, públicas ou privadas, ainda que não remuneradas, cujo exercício envolva contacto regular com menores, a entidade recrutadora está obrigada a pedir ao candidato a apresentação de certificado de registo criminal e a ponderar a informação constante do certificado na aferição da idoneidade do candidato para o exercício das funções” [artigo 2º].

Recentemente, a Lei nº 103/2015 acrescentou àquele artigo um novo nº 2, que determina: “Após o recrutamento, a entidade empregadora ou responsável pelas atividades está obrigada a pedir anualmente a quem exerce a profissão ou as atividades a que se refere o número anterior certificado de registo criminal e a ponderar a informação constante do mesmo na aferição da idoneidade para o exercício das funções.”

Ou seja, com esta alteração, a obrigatoriedade de entrega do certificado torna-se anual para centenas de milhares de trabalhadores, incluindo todos os docentes, dos quadros ou contratados por tempo indeterminado.

Estranha-se uma tal determinação, num tempo em que as tecnologias permitiriam o cruzamento de dados e, portanto, o contacto entre tribunais e entidades empregadoras, de forma a garantir, muito justamente, que nenhum trabalhador condenado pela prática de crimes de natureza sexual contra menores possa ser admitido ou manter-se ao serviço após essa condenação.

No entanto, o que se constata é mesmo a generalização da obrigação e o surgimento de problemas decorrentes da mesma ou do atraso no seu cumprimento: multas aplicadas pelas autoridades policiais a trabalhadores, docentes ou não docentes, acompanhantes de visitas de estudo não portadores de declaração de idoneidade emitida pela escola; escolas que recusam passar essa declaração até que seja entregue o certificado de registo criminal, o que impede a participação em actividades desse tipo; tribunais com dificuldades em responder ao elevado número de pedidos de certificado de registo criminal.

EXCESSOS. A obrigatoriedade de entrega do certificado de registo criminal não é o único problema – há casos em que os certificados entregues violam dados pessoais.

Com efeito, o certificado de registo criminal é exigido, tanto para permitir o exercício da profissão, como para que seja passada aos docentes a referida declaração de idoneidade. No entanto, tem havido professores a receber dos tribunais certificados que contêm mais do que a informação necessária para o efeito, incluindo alguma absolutamente supérflua, e até abusiva, porque não abrangida pela legislação em causa e em nada se relacionar com os crimes expressamente visados.

Os docentes a quem tal aconteça devem recusar esse registo e requerer que o mesmo contenha apenas e só a informação relevante para o efeito específico em causa, ou seja, a existência de eventuais condenações por crimes de natureza sexual contra menores.

PAGAMENTO. O Sindicato dos Professores do Norte considera inaceitável que, na prática, seja imposto ao trabalhador um pagamento para atestar que lhe é possível exercer a profissão. Por isso, o SPN explorou a possibilidade de evitar a generalização do pagamento da taxa imposta a estes pedidos (5 euros), baseando-se no Decreto-Lei 171/2015, quando refere que estão isentas da aplicação dessa taxa “as entidades públicas competentes para a instrução de procedimentos administrativos dos quais dependa a concessão de emprego ou a obtenção de licença, autorização ou registo de carácter público, quando seja legalmente exigida a apresentação de certificado do registo criminal.”

No entanto, a resposta da Direção-Geral da Administração da Justiça foi no sentido de que tal isenção apenas se poderá aplicar a partir do momento em que os pedidos possam ser apresentados “através de portal ou de plataforma eletrónica disponibilizados para o efeito pelos serviços de identificação criminal, ou mediante consulta em linha com utilização de *webservices* especificamente implementados para esse efeito”, verificadas que sejam as condições técnicas necessárias, de acordo com o Decreto-Lei 171/2015.



Ao longo dos últimos anos, o 1º Ciclo do Ensino Básico tem sido fonte de grande preocupação para a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e os seus sindicatos. Realizou, por isso, um encontro nacional para debater as alterações que o setor tem sofrido e apresentou as conclusões ao então ministro da Educação, aos partidos com assento parlamentar e ao Conselho Nacional da Educação. Nada se alterou... Mas não desistimos!

Hoje, com uma correlação de forças diferente na Assembleia da República, abre-se uma janela de oportunidade que deve ser aproveitada. Nesse sentido, a Fenprof tem programada para o início de 2016 uma campanha de valorização do 1º Ciclo – uma espécie de roteiro por todo o país, denunciando e dando visibilidade aos diversos problemas existentes nas escolas, com testemunhos da comunidade educativa. O objetivo é chamar a atenção da sociedade e do Governo para um nível de ensino fulcral e para o qual se deseja uma definição adequada, respeitadora dos alunos e dos professores que com eles trabalham.

De alguma forma, as páginas seguintes apontam já algumas soluções para um nível de ensino que, pela sua importância, merece e exige ser respeitado.

A PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO

Professores, pais e académicos dizem aqui que os exames não servem para o 1º Ciclo do Ensino Básico. Esta é uma fase em que a aprendizagem deve ser integral, correspondendo a uma formação exigente e ampla que faça das crianças cidadãos por inteiro. Este conjunto de textos adaptados – originalmente publicados em «Provas de Avaliação Final do 4º Ano» (SPGL, 2014) – pretende demonstrar que quatro anos de escolaridade não podem ser reduzidos a uma prova final de ciclo.

ENTIDADE ABSURDA. «Há dezenas de anos que me inclino para considerar os exames um absurdo, tanto mais quanto estou convicto de que os exames não resolvem os problemas com que se debate o nosso sistema de ensino, nem é com a sua existência que se reforça a qualidade das aprendizagens, se promove a equidade, se avalia com mais rigor ou se combate ‘o facilitismo’, essa torpe calúnia lançada sobre o trabalho dos professores por governantes reacionários. Se tivermos em consideração que assistimos há pouco tempo ao prolongamento da escolaridade obrigatória, o que se poderia esperar era o retardamento do início dos exames e não a sua antecipação. Então o que terá levado o [anterior] governo a instituir exames nacionais no 4º ano de escolaridade?

A meu ver razões de ordem vária. A primeira prende-se com o desejo político de tornar o sistema mais selectivo, promovendo uma hierarquização que abre portas a uma antiga e muito pretendida segmentação precoce do sistema, com o fito de encaminhar crianças para cursos de preparação para a vida activa o mais cedo possível. A segunda razão radica numa indisfarçável desconfiança nos docentes, a cuja profissionalidade dá pouca importância, preocupado que está em reforçar a dependência da classe docente do poder central e suas adjacências, asfixiando os professores com uma intolerável burocracia administrativa, cerceando-lhes a autonomia, a criatividade e a inovação, almejando assim que o ofício docente seja “obscuro, sem prémio, sem glória.”

Como escreveu Salvado Sampaio, “embora se saiba que os exames por mais bem concebidos e executados que sejam, são, ou deveriam ser, um aspecto secundário da actividade escolar, na prática, na generalidade, são uma entidade tirânica que tudo submetem.” A ‘teologia dos exames’, que absorve o pensamento das eminências governamentais, opõe-se radicalmente à ideia de Rogério Fernandes, que via a escola como um território de “construção do homem”, sendo “a sua função mais da ordem do *ser* do que do *saber*”, bem como a Rui Grácio, quando afirma que “os mestres são os que criam ou libertam a autonomia dos discípulos.”»

Paulo Sucena

Presidente do Conselho Geral do SPGL, membro do Conselho Nacional de Educação. Ex-secretário geral da Fenprof

ESCOLA EMPOBRECIDA. «A ‘reposição’ dos exames no 4º ano de escolaridade não é uma medida menor nem ‘bondosa’, longe disso:

- Decidir os modos de avaliação dos alunos influencia brutalmente as pedagogias que as escolas e os professores podem desenvolver. Nas escolas vive-se em função dos exames, preparando as crianças para questões padronizadas e uniformes, deixando de lado actividades que, por não serem avaliadas, acabam por ter um papel ‘menor’.

- O regresso destes exames traduz uma insuportável desconfiança em relação ao trabalho realizado pelas escolas e pelos professores. Sem exames, não há aprendizagem, afirmava-se há mais de 50 anos. Nada de mais errado: as aprendizagens significativas são as mais polivalentes, as que têm sentido, que por isso são apropriadas por cada criança. Os exames são feitos com base em matérias ‘para esquecer’ logo a seguir.

- Os exames deixam de lado as competências pessoais e para a vida, limitam-se a obter respostas a perguntas ‘fechadas’ (cruzinhas) ou ‘abertas’, em que só uma resposta é verdadeira. Não por acaso, foram sendo deixados para trás à medida que outras modalidades – trabalhos individuais e de grupo, projectos e outras – eram capazes de avaliar os conhecimentos e os modos de os usar, a criatividade, a cooperação, o sentido prático e outras competências decisivas para a formação dos mais novos.

- Os exames antecipam a competição individual, destruindo laços de socialização. Num exame é cada um por si, tal como na vida querem que sejamos indiferentes aos outros e individualistas – ideologia de quem quer a escola ao serviço de alguns e não de todos.

- Os exames expõem as escolas a uma espécie de campeonato em que os resultados obtidos atribuem um lugar de “melhor” ou “pior” escola. Ignorando quem são os alunos e as comunidades em que vivem, calando as condições de trabalho, premeiam-se as que obtêm resultados mais elevados e penalizam-se as outras.»

Ana Benavente

Professora catedrática, coordenadora do Observatório de Políticas de Educação e Desenvolvimento. Ex-secretária de Estado da Educação



SELEÇÃO ACADÉMICA E SOCIAL. «A reivindicação dos exames como instrumento de exigência e de rigor pedagógico é uma mistificação, tendo em conta que eles são a expressão maior de um sistema educativo interessado em promover a seleção social e académica. Para que servem, então, os exames no 4º ano de escolaridade? [Duas teses predominam junto da opinião pública.]

A tese que faz depender a respeitabilidade da avaliação dos alunos da realização de exames assenta mais num misto de ilusões, crenças e lugares comuns, sem sustentação, do que em dados solidamente coletados e analisados. Pelos condicionalismos relacionados com o tempo e o modo da sua realização, os exames estão na origem de duas situações indesejáveis: uma avaliação excessivamente circunscrita, tendo em conta a amplitude dos desafios e das atividades e a complexidade das situações vividas pelos estudantes nas salas de aula, e a subordinação desses desafios, atividades e situações à realização dos exames, 'objetivo único' das iniciativas nas salas de aula – que, valorizando o treino e os exercícios estereotipados, contribuem para que estudar e aprender sejam entendidos como atos intelectualmente menores.

O controlo sobre o trabalho dos professores e das escolas é outra tese que mobiliza um número significativo de adeptos, esquecendo estes paladinos da excelência e do rigor, que tal tese é a expressão acabada do laxismo e do comodismo pedagógicos. De facto, é muito mais simples utilizar os exames como instrumento de controlo do que investir num sistema de monitorização do trabalho e dos resultados de professores, alunos e escolas, um projeto mais complexo, mais honesto e mais exigente.

Projeto incompatível com a agenda do [anterior] ministro e daqueles que o acompanham, para quem os exames são, acima de tudo, instrumentos de seleção social por via da seleção académica. Um objetivo ao qual tudo se sacrifica, porque politicamente continua a dar frutos identificar a exigência e o rigor com a capacidade de evocar rios, serras e estações ou com a possibilidade de resolver os épicos problemas do tempo que demora a encher tanques imaginários a partir dos fluxos de água diferenciados que duas torneiras vão debitando.»

Ariana Cosme e Rui Trindade

Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação, Univ. do Porto



AGRADAR A SAUDOSISTAS. «A reintrodução de exames nacionais no 4º ano de escolaridade, rodeados de uma parafernália de regras obscuras e aterrorizadoras, foi a solução de facilidade para agradar àqueles que se mostravam (mostram) saudosos da escola anterior ao 25 de Abril, à qual por ignorância, má-fé ou cegueira, imputam qualidades que ela nunca teve.

Pessoalmente, não somos contra a existência de exames, ou seja, de provas de avaliação externa que, em conjunto com a avaliação interna, permitam a cada aluno, aos pais, aos professores e ao sistema educativo ter uma noção contrastada do valor atribuído à progressão realizada. O final da Educação Básica poderia ser o momento adequado para tal. Já para regular o sistema, a avaliação aferida ao longo desse nível de educação que se articula em três ciclos diferenciados, seria, a nosso ver, preferível.

No horizonte da introdução precoce de exames está um ideal de pessoa que até pode ser competente no plano do conhecimento, mas a quem podem faltar competências humanas, sociais, políticas e culturais. No fundo, um cidadão à imagem daquela que, muitos dos que hoje nos governam, diariamente nos mostram e que, acreditamos, já chumbaram na avaliação dos portugueses.»

Manuela Esteves

Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação, Univ. de Lisboa



ATAQUE À ESCOLA PÚBLICA. «Hoje em dia, assistimos a algo totalmente novo, a uma mudança de paradigma e a uma golpada no sistema de ensino que seria impensável há uns anos. Um país que fez progressos extraordinários desde 1974, vê-se a recuar décadas em apenas três anos, porque há todo um programa governamental a ser implementado que vai muito mais além do que a matéria lecionada. Um programa que tem por objetivo criar alunos de primeira e de segunda. Escolas a duas velocidades. Os que nasceram com oportunidades e aqueles que nunca as terão.

O Ministério começou por cortar no investimento na Escola Pública e aumentar o financiamento aos colégios privados. Continuou, despedindo professores e auxiliares, reduzindo o número de turmas, aumentando o número de alunos por turma. De seguida, desmantelou a Educação Especial e impôs programas desajustados à realidade das crianças e, por fim, rematou com exames. Muitos, muitos exames. Justificam-no em nome de algo irrecusável, do “rigor” – o rigor do medo, que isto de prazer na escola não faz parte da equação deste governo. Esse “rigor” é feito de objetivos impraticáveis, altera profundamente o trabalho ao longo dos quatro anos, ignora a realidade dos alunos, dos pais, dos professores, da escola. Automatiza. Deseduca. Cria fossos entre alunos. Trabalha para as elites.

Disse Nuno Crato: “a utopia do igualitarismo, essa que muitos na educação defendem, só seria possível num único e não desejável cenário: aquele em que todos são medíocres”. Mas medíocre é este modelo de escola que querem impor.»

Rita Gorgulho,
Mãe e encarregada de educação

OPORTUNIDADE PERDIDA. Não é através dos exames que se constrói uma Escola de excelência, de qualidade, de igualdade de oportunidades, centrada na construção do aluno enquanto ser humano integral, pois esta só se dará quando todas as escolas forem dotadas dos recursos financeiros e humanos que lhes permitam atingir o tal patamar de excelência de que fala o [ex] ministro da Educação, Nuno Crato.

Pelo seu caráter meramente avaliativo, os exames do 1º Ciclo são mais uma oportunidade perdida, visto que ao serem realizados antes do final do ano letivo não poderão avaliar todos os objetivos e competências de final de ciclo; ao obrigarem à deslocação de alunos para a sua realização, geram um clima de desconfiança; como têm um caráter penalizador, obrigam a que o professor trabalhe essencialmente as áreas que irão ser avaliadas, descurando, ou não abordando significativamente, outras áreas vitais como a das expressões.

Finalmente, poderia testemunhar, como muitos têm feito, que também eu fiz exame da 4ª classe durante a época do Estado Novo e cheguei aqui... Porém, o custo foi muito alto (atrever-me-ia a dizer demasiado elevado), porque muitos ficaram pelo caminho, não concluíram a escolaridade, foram trabalhar ou emigraram.

O atual modelo dos exames do 1º Ciclo fez-me lembrar esta Escola e não é esta a Escola que eu quero para o meu país!»

Maria José Viseu
Confederação Nacional Independente de Pais
e Encarregados de Educação



A RESPOSTA MAIS BANAL. «A educação de todos é uma mais valia para toda a sociedade e não apenas para cada sujeito ou para os seus progenitores. Aceite este pressuposto, a retenção de alunos deveria assumir um carácter excecional, assim permitindo que o sistema educativo se concentre no essencial – as aprendizagens dos alunos. Apesar do discurso de flexibilidade, autonomia, diferenciação e inovação, quase nada muda porque a retenção surge como um mal menor aceite por quase todos, tão banalizado que nem é realmente discutido pelas escolas, nem pelos pais ou pelos alunos – que por vezes acreditam que a retenção os pode ajudar a ter mais sucesso. O ressurgimento de uma prova final de ciclo, tão empenhada, até pelos formalismos em que decorre, em validar a transição ou retenção dos alunos, é a resposta mais banal que se pode dar aos problemas de aprendizagem dos alunos e às dificuldades do sistema



educativo em dar uma formação consistente a todos. O mais grave é que se banaliza e se aceita uma ‘resposta’ que não evita a imagem negativa que a sociedade tem da escola. A escola da seleção não está longe das memórias dos avós dos que hoje a frequentam, já que foram sujeitos da sua ação.

O facto de os alunos serem obrigados a realizar uma prova desta natureza dá-nos a garantia de que, pelo menos, aprenderão que correm o risco de falhar e que terão de se adaptar a responder de forma correta para evitar o insucesso; aprenderão a ser dóceis e a substituir o entusiasmo e a alegria da descoberta pelo comportamento adaptado que lhes evite ter desgostos.»

Helena Maria Amaral,
Professora do 1º Ciclo



[vemos, ouvimos e lemos]

UMA ESCOLA PARA OS PROFESSORES OU PARA OS ALUNOS?

Com a autonomia das escolas, o 1º Ciclo tem sido progressivamente descaracterizado, podendo mesmo chegar a ser completamente esmagado! Enunciarei alguns pontos de rutura em muitos agrupamentos do país. O sistema de avaliação não é respeitado, apesar do Despacho normativo nº 24-A/2012, de 6 de dezembro, determinar no artigo 8º que “nos 1º, 2º e 3º anos de escolaridade, a informação resultante da avaliação sumativa interna, nos três períodos letivos, expressa-se de forma descritiva em todas as áreas disciplinares e não disciplinares.” É comum, contudo, ver-se um sistema de notações desde o 1º ano de escolaridade, numa escala de 1 a 5, na avaliação das crianças e nas informações aos pais. Além de redutoras quanto à informação que veiculam, são estigmatizantes e castradoras de uma progressão normal das aprendizagens.

Em alguns agrupamentos introduziram-se as Atividades de Enriquecimento Curricular no horário curricular, apesar de serem de caráter facultativo, para rentabilizar os professores das respetivas disciplinas e assim facilitar a vida

às entidades pagadoras. Além de comprometer seriamente o sistema de monodocência, cria uma enorme instabilidade nas escolas, o que, para quem precisa de condições de atenção e de concentração, tão difíceis nos dias que correm, não é, de todo, facilitador de boas aprendizagens.

A normalização dos tempos escolares, através da exigência de um horário disciplinarizado, para serem visíveis os tempos estipulados para as várias áreas curriculares, é outra forma de destruir a monodocência, que preconiza a organização de atividades integradas, através das quais se trabalham diversas áreas do currículo.

A racionalização dos processos, que se traduz na uniformização de procedimentos, exponenciada pela criação de plataformas internas, controla todas as ações dos professores e colide com a organização curricular do 1º Ciclo e com a liberdade metodológica dos professores, apesar de estar consignada no Estatuto da Carreira Docente.

Os exames no final do 4º ano vieram aumentar as pressões sobre os professores do 1º Ciclo.

Passou a trabalhar-se para os exames e para as provas, atropelando tantas outras dimensões do currículo.

Este nível de ensino é também um alvo fácil para experimentações, publicidades e campanhas diversas. Se o diálogo com as direções dos agrupamentos não for efetivo, facilmente estas aceitam projetos e ações que professores e alunos têm de cumprir nas escolas, atropelando o seu Plano Anual de Atividades, em nome dos interesses dos alunos. Mas não será necessário cruzar olhares e pontos de vista para se estabelecerem prioridades relativamente ao que melhor serve o desenvolvimento dos alunos em cada fase? E os professores, como mediadores fundamentais da apropriação do currículo pelas crianças e principais responsáveis pelo seu percurso escolar, não têm uma palavra a dizer? Já não falo das crianças que, por serem alunos e pequenos, raramente são consultados...

Passados todos estes anos de organização das escolas em agrupamento, podemos-nos interrogar: autonomia de quem? Para quê? A quem tem servido esta autonomia?

Pode dizer-se que, na generalidade dos casos, esta escola não é para os professores nem para os alunos. A autonomia das escolas deveria corresponder à gestão dos interesses pedagógicos dos múltiplos atores que nela interagem, já que aquela não se pode conceber sem a dos seus atores. Para tal, importa “promover na escola uma cultura de colaboração e de participação entre todos os que asseguram o seu funcionamento, incluindo a própria definição e a realização dos objetivos organizacionais” (João Barroso).

Por isso, à dicotomia da questão de base – uma escola para os professores ou para os alunos? – gostaria de contrapor uma escola dos alunos com os professores, tendo sempre como objetivo último o sucesso escolar das crianças no quadro do seu desenvolvimento humano.

Inácia Santana,
Professora do 1ºCEB

Texto publicado originalmente no JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias, de 11.11.2015



[opinião]

UMA PERSPETIVA PARA O FUTURO

1. O Primeiro Ciclo do Ensino Básico tem vindo a sofrer o mal que atribuiu toda a Escola Pública desde os maus tempos de Maria de Lurdes Rodrigues, mas um pouco mais... Além da questão do horário, que já era extenso, a eliminação de uma hora nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e a inclusão da vigilância dos intervalos como trabalho docente vieram agravar um panorama que já não era famoso.

É agora vulgar em muitos agrupamentos a distribuição das AEC no meio dos tempos curriculares, num nível de ensino onde a lógica é, e muito bem, a monodocência. Há por aí uma moda – que doutra coisa não se trata – que vai determinando a sua eliminação, substituindo-a por uma organização por disciplinas. Disto resulta um *entra-e-sai* em sala de aula que só mesmo quem desconhece as características de crianças desta idade pode considerar benéfico.

O encerramento sem critério de milhares de escolas um pouco

por todo o país resultou na aglomeração de alunos em enormes centros escolares. Com o duvidoso critério da socialização, retiraram-se crianças da sua maternidade cultural para as ‘encaixotar’ na chamada *escola a tempo inteiro*. Falamos, maioritariamente, de zonas rurais com uma forte identidade, em perda acentuada de população e com uma herança cultural muito marcada pela transmissão oral. É isolando as crianças do seu local de nascimento, fazendo-as viajar várias horas por caminhos sinuosos, mantendo-as ‘presas’ por longas horas no mesmo local e devolvendo-as às famílias noite adentro, que vamos preservar valores culturais e fixar populações? Se disto resultasse, pelo menos, a criação de grupos com um único ano de escolaridade, ainda colheríamos benefício. Infelizmente, o que vemos é a criação de turmas mistas e com um número excessivo de alunos. Este problema ainda se torna mais evidente quando o conjunto inclui alunos com dificuldades



de aprendizagem, ou com necessidades educativas especiais. Nas escolas não há técnicos nem professores de apoio em número razoável, deixando o titular de turma entregue a problemas insolúveis por uma só pessoa. Junte-se a isto a falta de proteção à autoridade do professor, uma cultura inadmissivelmente tolerante com o laxismo comportamental de muitos educandos, a complacência militante de alguns encarregados de educação...

2. Quando o anterior executivo entrou em funções, o professor Nuno Crato fez o que têm feito quase todos os titulares da pasta: mexer no currículo. Os programas tornaram-se extraordinariamente extensos, muitas vezes inalcançáveis para uma percentagem significativa de alunos. Os professores, nestas circunstâncias, limitam-se a minimizar os danos, ensinando como podem, fazendo das aulas autênticas maratonas curriculares que não permitem a consolidação das aprendizagens. Na

minha perspetiva, tudo isto se tornou mais evidente ao nível da Matemática: desadequada à faixa etária a que se destina e vasta em todos os quatro anos de escolaridade. Por fim, os exames tornaram muitas escolas em centros de treino e não em locais de formação integral de cidadãos. É necessária uma profunda reflexão e a revogação de algumas medidas que se revelaram perniciosas para os alunos e para a Escola Pública. Esta reformulação não se compadece com voluntarismos de momento que não indiquem alternativas ou criem ilusões de uma escola onde tudo se consegue sem esforço, numa tarefa que é intrínseca e extremamente árdua. A exigência deve ser um desígnio da Escola Pública e o ensino de qualidade não deve estar reservado para uns quantos.

3. Apontemos, então, alguns aspetos que nos parecem essenciais para uma nova Escola do 1º Ciclo, para uma Escola melhor:

- reformulação dos programas de

Português e Matemática; redução do tempo letivo dos professores e atribuição de mais horas para preparação das atividades letivas – o mesmo tempo deverá ser empregue na frequência de formação comprovadamente relevante para a prática letiva e para a melhoria dos resultados escolares dos alunos;

- dar autonomia aos agrupamentos para definirem o tamanho das turmas, aumentado ou diminuindo o número de alunos conforme as características do grupo; criação de turmas com um só ano de escolaridade; valorização da monodocência e eliminação da disciplinarização;
- criação de equipas especializadas que avaliem e elaborem um programa de acompanhamento adequado às primeiras dificuldades dos alunos;
- monitorização das aprendizagens a nível nacional, com a aplicação de provas de aferição de modo alternado, dividindo o país em regiões e tornando rotativa a aplicação da prova – em agrupamentos com resultados

negativos face à média nacional, obrigatoriedade de um plano de melhoria;

- legislar no sentido de impedir expressamente a produção de documentação burocrática inútil para a melhoria do trabalho dos professores e para os resultados dos alunos; restringir ao mínimo indispensável as reuniões e eliminar as que não tenham por objetivo a efetiva melhoria da prática docente e as aprendizagens dos alunos;
- fim das AEC, substituindo-as por blocos diários contínuos de atividades lúdico-desportivas – neste caso não deverá existir nenhuma espécie de registo valorativo do desempenho dos alunos; privilégio neste espaço para brincadeiras e jogos livres, saídas para percursos na natureza e na etnografia e cultura locais;
- valorização da autoridade dos professores.

Rui Pedro Brandão
Sócio SPN nº 40.299

Sócios do SPN
aprovaram plano
de atividades
para 2016

NÃO HÁ MAL QUE SEMPRE DURE...



O plano de atividades do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) para o ano que agora finda, terminava com o seguinte desejo: “Esperemos que a luta sindical e as eleições legislativas do próximo ano possam marcar um ponto final neste longo calvário de retrocesso económico, social e sindical.”

Os resultados das recentes eleições para a Assembleia da República não traduziram todo o descontentamento manifestado pelos professores durante os últimos anos, nem criaram as condições políticas suficientes para a mudança que o SPN considera necessária no sistema educativo, mas garantiram o indispensável, ou seja, o fim do pior governo e do pior ministro da Educação depois do 25 de Abril, não só no plano político, mas também no plano ético. Mesmo ao cair do pano, os episódios da devolução da sobretaxa e a culpabilização dos professores por não terem aderido ao programa de rescisões amigáveis mostram até à náusea que, do princípio ao fim, o governo do PSD/CDS-PP fez da mentira a principal arma

política. A sua queda, portanto, não pode deixar de ser motivo de grande alívio.

A elaboração deste plano de atividades coincide com o desfecho do longo e difícil parto de um governo do Partido Socialista sustentado pelos partidos à sua esquerda. Esta solução governativa, inédita na história política portuguesa, assenta no compromisso de acabar com o ciclo de austeridade e empobrecimento – através da reposição dos salários, das pensões e das prestações sociais – e no pressuposto de que este caminho é possível. Sendo certo que a viabilidade desta orientação está ensombrada por muitas dúvidas que só o tempo dissipará, também não é menos certo que ainda não existe a força social e política necessária para percorrer um trajeto diferente.

O que é velho está morto ainda que o novo não tenha nascido

Apesar de todas as nuvens que possam pairar no horizonte, abriu-se uma janela de esperança e, sobretudo, fechou-se a porta

a uma política de transferência dos rendimentos do trabalho para o capital e a um programa de Estado mínimo para os pobres e de Estado máximo para os ricos – a estratégia de aumentar a competitividade da economia através da redução dos salários e da precarização do trabalho só chegaria ao fim quando mais nenhum outro país tivesse salários mais baixos e menos direitos laborais.

No plano educativo, a continuidade da maioria de direita teria consequências ainda mais desastrosas para a Escola Pública e a profissão docente. Eram objetivos declarados no programa do governo nado-morto rever a Lei de Bases do Sistema Educativo e concretizar a reforma do Estado no sentido de abrir completamente o caminho a uma maior privatização das respostas educativas, a implementação da municipalização em todos os concelhos, o empobrecimento do currículo escolar através da proliferação de cursos vocacionais, a criação da carreira de gestor, o alargamento dos concursos de base local, a diminui-



Em 2016 o SPN dará especial visibilidade ao 1º Ciclo, com uma operação intitulada Roteiros do Primeiro Ciclo, através da qual se pretende dar destaque, durante um mês em todas as regiões, aos problemas que mais afetam as escolas e os professores, pela voz dos diversos membros da comunidade educativa, e complementando esta iniciativa com a realização de plenários para professores do setor em todas as áreas sindicais.

ção do número de professores pela aplicação da chamada requalificação e o abaixamento dos salários através da tabela remuneratória única.

Por tudo isto, são grandes e naturais as expectativas criadas sobre o desempenho do novo governo. O SPN, que continuará a praticar um sindicalismo apenas subordinado aos professores, também encara com algum otimismo este novo ciclo político, na esperança de que o governo seja, por necessidade, mais aberto ao diálogo, mais flexível na negociação e mais sensível à contestação, e assim se possa começar a reverter o retrocesso verificado nos últimos dez anos. Se a anunciada vontade política saltar do papel para a realidade, teremos pela frente um trabalho construtivo e rigoroso, responsável e participado, de identificação de problemas, definição de prioridades, negociação de soluções e construção de consensos. Este cenário, a concretizar-se, vai exigir dos sindicatos a apresentação de propostas bem fundamentadas e a preocupação de não deitar o bebé fora, com a água do banho.

Dentro deste espírito, a nossa intervenção será orientada por três eixos fundamentais:

- defesa de uma Escola Pública de qualidade, ao serviço do desenvolvimento integral de todos os cidadãos;
- fim do atual modelo de gestão, unipessoal, centralizador e autoritário, e sua substituição por uma gestão democrática e partilhada;
- melhoria das condições de trabalho e de vida dos professores, reforçando a sua identidade profissional e dando-lhes o tempo necessário para que possam ser profissionais autónomos e reflexivos.

Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais

Destas traves-mestras da nossa ação decorre uma longa agenda sindical, onde assumirão especial importância, pelo seu impacto na qualidade do sistema e do trabalho nele desenvolvido, as iniciativas relacionadas com os seguintes objetivos:

- revisão do estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, para se reafirmar o papel central da

Escola Pública e o caráter supletivo das respostas privadas;

- reposição da percentagem do PIB dedicado à Educação antes do programa da troika, possibilitando uma rápida reposição do valor integral dos salários, o descongelamento da progressão nas carreiras e o fim da mobilidade especial;
- criação de uma Lei do Financiamento da Educação, que estabeleça claramente as fontes, obrigações, responsabilidades e os critérios do que é devido às escolas públicas e às privadas ou cooperativas com contrato de associação;
- negociação de um verdadeiro processo de descentralização do sistema educativo, preservando a autonomia de decisão das escolas e concretizando o envolvimento da comunidade educativa através da criação de conselhos locais de educação;
- recuperação da matriz democrática de gestão das escolas, revogando as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 75/2008;
- extinção dos mega-agrupamentos, restabelecendo unidades escolares mais pequenas e com maior identidade;

- clarificação do conteúdo de cada uma das componentes do horário de trabalho, considerando como letiva toda a atividade realizada com alunos e que esteja direta ou indiretamente relacionada com a componente curricular, incluindo integralmente o tempo para reuniões na componente de estabelecimento, e acrescentando à componente não letiva de trabalho individual – e não à componente de estabelecimento – a redução da componente letiva a que o docente tenha direito em função da idade;

- redução do número de alunos por turma e fixação de limites máximos quanto ao número de turmas, níveis e programas por professor;
- aprovação de um regime específico de aposentação que tenha em consideração o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da docência e garanta a indispensável renovação geracional;

- correta aplicação da diretiva comunitária que visa evitar abusos e discriminações no recurso à contratação a termo, através

>>>



da consequente vinculação de quem tem três anos de serviço;

- alteração do atual regime de concursos para colocação de professores, instituindo um concurso único, de caráter nacional, ordenando os candidatos pela sua graduação profissional, fixando critérios adequados e claros para a abertura de lugares de quadro em função das reais necessidades das escolas, extinguindo a BCE e pondo fim ao conceito forçado de 'horário-zero';

- negociação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo que aproxime as suas condições de exercício da profissão das que se aplicam no ensino público;

- promoção de debates alargados em torno da valorização da Educação Pré-Escolar, da Educação Especial, do Ensino Artístico e do Profissional, da necessária reorganização do 1º Ciclo, das ofertas formativas alternativas e da identidade do Ensino Superior.

Reinvestir no Ensino Superior e na Ciência

A política do anterior governo caracterizou-se pela redução brutal e continuada do orçamento para as universidades, politécnicos e centros de investigação. Os cortes traduziram-se numa atrofia das diversas instituições e, ao nível da Investigação, ao completo descrédito do ministério e da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a criação de um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior representa o reconhecimento das especificidades do setor e deve ser realçada a declaração do ministro sobre a política de financiamento da Investigação. Os problemas do setor situam-se essencialmente ao nível do financiamento, quer do ensino quer da Investigação, mas também da ação social escolar. O número de estudantes que abandonam o Ensino Superior por razões financeiras tem vindo a aumentar, tornando essencial uma inversão de política no sentido da promoção de uma maior

equidade no acesso. Ao nível dos docentes, a ciberburocratização tem-se traduzido num aumento da carga de trabalho individual, a que se junta um feroz clima de competição que emana dos Regulamentos de Avaliação de Desempenho dos Docentes. Assim, importa aumentar a participação dos docentes no sentido de pressionar o Governo para mudar a legislação em direção a uma gestão mais democrática das instituições.

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Uma conjuntura política mais favorável poderá aumentar a nossa margem de manobra no plano institucional, mas será insuficiente se, ao mesmo tempo, não formos capazes de aumentar a força da nossa razão, da nossa participação e da nossa mobilização. A eficácia do SPN como motor deste processo de envolvimento dos professores, depende, em primeiro lugar, da credibilidade e exequibilidade das suas propostas. No entanto,

as ideias só se transformam em forças quando são incorporadas pelos sujeitos a quem elas interessam. E esta solidificação só pode acontecer através do trabalho de ligação às escolas. Neste trabalho há dois elementos essenciais: o delegado sindical e o dirigente responsável pelo acompanhamento de cada escola.

A eleição de delegados, de modo a reforçar uma rede que tem melhorado, mas ainda continua débil, assim como o apoio ao seu trabalho nas escolas, com materiais adequados e informação pertinente, continuará a ser uma tarefa essencial. É necessário realizar uma sistemática sensibilização dos sócios para a importância da função de delegado e pensar a melhor forma de aproveitar a legislação sindical no sentido de conseguir alguma redução da componente não letiva para o exercício desse cargo. É também necessário que os delegados sindicais usufruam de um serviço de apoio mais institucionalizado, sistemático



No plano sindical nacional, estão agendados dois importantes acontecimentos, cuja preparação e realização exigem o nosso empenho: o XIII Congresso da CGTP-IN (26 e 27 de fevereiro, em Almada) e o XII Congresso Nacional dos Professores (Fenprof), a decorrer nos dias 29 e 30 de abril, no Porto, sob o lema *Valorizar a Profissão e Reafirmar a Escola Pública*.

e personalizado, sobretudo ao nível da formação e informação, que lhes dê maior capacidade de intervenção e, consequentemente, maior segurança e motivação. O outro pilar da ligação às escolas é a rede de dirigentes responsáveis pelo seu acompanhamento. Prosseguiremos o caminho já iniciado de dar maior formalidade e conteúdo a esta função, tornando estes dirigentes efetivos intermediários da direção junto dos sócios. Para dar maior importância e responsabilidade a esta função, talvez se justificasse que o acompanhamento de escolas fosse o primeiro critério na distribuição anual dos créditos sindicais. A tarefa central dos dirigentes com redução no horário de trabalho continuará a ser a ligação aos professores nas escolas, realizando as reuniões sindicais que forem necessárias, assim como o apoio e o atendimento individualizado aos sócios das escolas que acompanham. O envolvimento dos dirigentes sem redução na vida interna do sindicato continua também a ser

um desejo não realizado, o que justifica novamente a recomendação de que se convoquem mensalmente, em cada área sindical, reuniões para todos os dirigentes e delegados e se encontrem estratégias imaginativas que tornem sedutor o contexto desse acontecimento.

A busca da qualidade é a principal lei da sobrevivência

O atendimento a sócios, presencial, telefónico ou por correio eletrónico, continuará a ser uma atividade central no quotidiano do sindicato. O aumento da conflitualidade nas escolas, conjugado com a produção avulsa e dispersa de legislação, tem provocado uma crescente pressão sobre este serviço.

Como resposta, foram decididas algumas medidas que visam um melhor ajustamento a esta situação, tais como: o reencaminhamento de chamadas telefónicas para as delegações, sempre que os telefones da sede estejam todos ocupados; o envolvimento de todos os dirigentes que

acompanham escolas na resposta às questões de natureza político-sindical; um fórum digital (GAS) para discussão e ajuda entre funcionários e dirigentes mais ligados a esta função; um canal único (Inforsócios) para entrada de perguntas e saída de respostas; um encontro semanal, por teleconferência, entre responsáveis do departamento jurídico e todos os funcionários de apoio a sócios; e um manual de consulta, permanentemente atualizado, com esclarecimentos sintéticos sobre os assuntos mais solicitados.

Alguns destes procedimentos e instrumentos já estão em fase de experimentação e espera-se que a sua consolidação em 2016, assim como o reforço de meios e horas na equipa de advogados, tragam mais rapidez e qualidade a este serviço.

Outro importante serviço proporcionado aos sócios é a formação contínua gratuita, compensando o não cumprimento dessa obrigação pela entidade empregadora. Reafirmando a fir-

me convicção de que a formação é um direito e não um negócio, e continuando a denunciar a vergonhosa omissão da administração educativa, prosseguiremos com a realização de 21 ações de formação contínua creditada, sobre temas de grande pertinência e atualidade pedagógica, e 26 seminários temáticos acreditados como formação de curta duração, umas e outros com maior cobertura geográfica e maior diversidade temática, e cuja identificação, calendarização e localização serão divulgadas logo que completamente definidas.

GOVERNAÇÃO À VISTA

Podem não ser o que desejaríamos. Governo e programa são os possíveis nas atuais circunstâncias. Haja esperança...

A Assembleia da República aprovou o programa do XXI Governo Constitucional no dia 3 de dezembro. É um programa que procura dar prioridade às pessoas, atribuindo uma particular importância à Educação, para a qual são definidas três prioridades: combate ao insucesso escolar, a Educação de Adultos e o Ensino Superior.

Um programa de governo é quase sempre, se não sempre, um programa de intenções, muitas vezes apresentado sem a genuína vontade da sua concretização. Não queremos que seja este o caso, apesar de já ter sido referenciado como não trazendo “nenhuma ideia realmente nova e disruptiva que permita desbloquear o sistema educativo, que se encontra em profundo desgaste, atado e sem rumo” (Joaquim Azevedo, Universidade Católica).

Convém não esquecer que o actual governo, constituído numa conjuntura política muito específica, viu o seu programa aprovado em resultado de um processo negocial delicado, ficando a sua concretização sujeita não só aos compromissos assumidos, mas também a um acompanhamento “crítico” por parte das forças políticas que o viabilizaram, o que, de algum modo, permite que falemos de uma governação “à vista”.

No que diz respeito à Educação, além das indefinições, podemos constatar que há ambição, esperança e generosidade, fazendo todo o sentido lembrar e sublinhar a posição da investigadora Emília Brederode Santos, que chama a atenção para o facto de a escolha e a composição deste governo constituírem, por si só, “um ato com intencionalidade educativa”, pela carga simbólica que comporta. É que “a sociedade portuguesa já não é constituída por um só povo, uma só língua, uma só religião”, por isso “o governo agora formado constitui um ato educativo de valor ímpar”. A sua composição diz-nos “que é possível ser aceite, respeitado e valorizado, ser alguém, mesmo pertencendo a um grupo minoritário, mesmo sofrendo de uma deficiência grave, mesmo não sendo HoBRI” (homem, branco e rico).

O QUE PENSAM OS PROFESSORES



AMARANTE. Com nova Assembleia da República e novo governo, são expectáveis diversas melhoras: revisão do ECD; gestão democrática das escolas; número de alunos por turma; enquadramento de alunos com NEE e/ou dificuldades de aprendizagem; reorganização do horário letivo no 1º Ciclo; AECs fora da mancha horária, a partir das 16 horas; maior equilíbrio entre áreas curriculares e introdução de outras; avaliação e reformulação das metas. **Carlos Quinteiro**



BRAGA. É fundamental a melhoria das condições de trabalho, em particular a revisão dos horários, pois são fonte de grande pressão sobre o exercício da profissão. Chega de meias tintas entre o que é letivo e não letivo – todo o trabalho com alunos deve ser considerado letivo. Entre outras situações que carecem de atenção urgente, temos os concursos, a municipalização, o PET e as condições de aposentação. **Júlia Carvalhal**



BRAGANÇA. A expectativa não pode ser outra se não que se repensem os planos de estudo e a carga horária e, sobretudo, que se entenda a Escola numa perspectiva inclusiva e não seletiva. Contra ventos e marés, cada professor irá corresponder ao bem maior que é contribuir para uma sociedade mais justa e equilibrada, onde cada cidadão seja responsável pelo seu projeto de vida e o conhecimento o ideário que o orienta.
Raul Gomes



CHAVES. A expectativa dos professores é grande. Há compromissos que urge assumir e cumprir, algo que esteve ausente na anterior governação, com as consequências conhecidas. Só para citar alguns exemplos: a municipalização; o favorecimento do ensino privado; a formação inicial e contínua; os concursos; a redução do número de alunos por turma; a criação de percursos educativos alternativos; os mega-agrupamentos...
Rui Duarte



GUIMARÃES. Oportunidade histórica de recuperar a valorização da profissão e a gestão/administração alicerçada na democraticidade e na colegialidade. Outras luzes que podem reacender-se: alterações curriculares e constituição de turmas; organização dos horários e aumento da carga horária; componente letiva e não letiva...
Adelaide Silva e Edite Sampaio



MIRANDELA. Que a escola ensine a viver numa sociedade competitiva, mas com graves problemas como o preconceito e a xenofobia; que impere o bom senso e o compromisso, promovendo um clima de estabilidade e confiança, ouvindo quem leciona, quem investiga e quem representa; que parem as contínuas e devastadoras reformas e se respeitem alunos, pais e professores; que se permita a renovação geracional dos docentes, fundamental para uma Escola Pública de qualidade.
José Mesquita



MONÇÃO. Os mais velhos esperam que lhes seja feita justiça, criando um regime especial de aposentação. Os menos velhos – porque na minha escola não há novos – esperam melhores condições de trabalho, menor número de alunos por turma, um concurso que reconheça a graduação profissional, um modelo de gestão democrático... A expectativa é grande; esperamos que a decepção não seja maior.
Conceição Nande



PENAFIEL. É necessária uma reorganização do 1º Ciclo, reduzindo a carga curricular e extracurricular e organizando os horários de forma racional, ao contrário do que agora acontece. É urgente a redução de alunos por turma, de forma a acomodar a inclusão dos portadores de NEE. Espero ver reconhecida a aposentação aos 36 anos de serviço, porque não concebo trabalhar com qualidade aos 66 anos, com 44 de serviço.
Natália Lencastre



PORTO. É urgente recuperar a essência da “Primária”, no sentido de escola primeira, de base, de acolhedora e potenciadora que pode ser. O número de alunos por turma, os recursos materiais e humanos disponibilizados às escolas e os horários, são alguns dos pontos que necessitam de ser urgentemente repensados e reajustados. É necessário impor novas dinâmicas!
Mafalda Cardoso



PÓVOA DE VARZIM. Descongelamento da progressão na carreira, reposição dos salários e aposentação aos 36 anos de serviço, independentemente da idade, são as minhas expectativas com o novo governo. Para a educação em geral, desejo a valorização da Escola Pública, o reconhecimento da profissão docente e uma efetiva autonomia das escolas.
Ernestina Silva



SANTA MARIA DA FEIRA. Com a maioria saída das últimas eleições ressurgiu a expectativa da aposta numa Escola Pública de qualidade. Nesse sentido, há questões que urge debater: requalificação/mobilidade especial; regime de aposentação; redução do número de alunos por turma; regime de concursos; vinculação de contratados; municipalização...
António Óscar Brandão



VIANA DO CASTELO. Espero o regresso à normalidade na constituição, desdobramento e número de alunos por turma, na clarificação de atividades letivas e não letivas, na diminuição da burocracia, na estabilidade dos assistentes operacionais e no reforço da democracia. aguardo também a alteração às regras de contratação, o aumento dos quadros de escola, o reforço das condições de integração de alunos com NEE, o regresso aos níveis salariais normais e o descongelamento de carreiras.
Filomena Mouta

OUTUBRO 2015**I Série****20. Portaria 375.**

Institui o regime de fruta escolar e estabelece regras nacionais complementares no quadro do regime europeu de distribuição de fruta nas escolas.

20. Decreto-Lei 246

Primeira alteração à Lei 90/2009, que institui o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração do Decreto-Lei 265/99, que cria o complemento por dependência.

07. Lei 137/2015.

Alteração ao Código Civil (aprovado pelo Decreto-Lei 47.344, de 25 de novembro de 1966), modificando o regime de exercício das responsabilidades parentais.

II Série**21. Despacho 11.760**

Renovações de comissão de serviço por um ano no cargo de leitor do Ensino Português no Estrangeiro, no ano letivo 2015/16.

21. Despacho 11.814

Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento em 2016/17.

27. Despacho 12.026

Alteração ao Despacho 8.379/2015, de 31 de julho, que aprovou a rede de cursos do Ensino Português no Estrangeiro para 2015/16.

29. Despacho 12.166

Dispensa da realização da profissionalização em serviço para os docentes do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança.

29. Regulamento 749

Define procedimentos do concurso para financiamento da contratação de doutorados no âmbito do Programa Promoção e Transferência do Conhecimento

NOVEMBRO 2015**I Série Suplemento****26. Decreto do PR 129-A**

Presidente da República exonera Pedro Passos Coelho do cargo de primeiro-ministro.

26. Decreto do PR 129-B

Presidente da República nomeia António Costa como primeiro-ministro.

26. Decreto do PR 129-C

Presidente da República nomeia, sob proposta do primeiro-ministro, os ministros que formam o XXI Governo Constitucional.

26. Decreto do PR 129-D

Presidente da República nomeia, sob proposta do primeiro-ministro, os secretários de Estado que integram o XXI Governo Constitucional.

II Série Suplemento**23. Aviso 13.639-A**

Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de pessoal docente do Ensino Português no Estrangeiro.

24. Despacho 13.660-M

Ministério da Educação e Ciência suspende a realização da PACC.

DEZEMBRO 2015**II Série - Suplemento****02. Aviso 14.184-A**

Lista ordenada dos resultados obtidos na entrevista profissional de seleção para reserva de recrutamento de docentes do Ensino Português no Estrangeiro, para o cargo de leitor, aberto pelo Aviso 7.457-A.

"A educação e a formação são alicerces essenciais para o futuro das pessoas e do país. A aposta na qualificação dos portugueses constitui um meio imprescindível para a valorização dos cidadãos, para uma cidadania democrática e para o desenvolvimento sustentável do país. Numa sociedade e economia baseadas na aprendizagem, no saber e nas qualificações, a educação é simultaneamente condição de empregabilidade e de competitividade e condição fundamental para uma sociedade coesa e progressiva." *Programa eleitoral do Partido Socialista nas legislativas de 2015*

ESPERAR PARA VER

1. Desde o último texto que escrevi para este espaço tomou posse um governo inédito em Portugal, formado pelo segundo partido mais votado nas eleições legislativas e apoiado por uma maioria parlamentar composta pelos partidos da esquerda política nacional. Nesse breve artigo fiz um enquadramento sumário da estrutura constitucional que preside à formação de um governo, antecipando opiniões e críticas mais ou menos despropositadas e carentes de fundamento no que à legitimidade governativa concerne. Ultrapassada essa questão, resta-me esperar por melhor governação, que assente na competência e busque o progresso social em igualdade, a justiça no material e o crescimento equilibrado, sério e sustentável, para exemplificar.

No âmbito da Educação – passe a repetição em relação ao artigo anterior – muito pouco se conhece, pois os programas eleitorais conhecidos foram mais concretos em matéria económica e financeira, como seria de esperar nos tempos que correm, e bastante programáticos neste nosso domínio. Por seu turno, o ministro nomeado para tão complexa empreitada não nos permite acrescentar muito a este parco conhecimento.

Foram algumas as vozes que se ergueram para salientar a alegada inexperiência ou desconhecimento das matérias da competência do ministro. Neste ponto, e face à prática demonstrada por anteriores e experientes titulares da pasta, resta-nos aguardar serenamente pelo trabalho a desenvolver pelo doutorado Tiago Brandão Rodrigues. Não que pretenda fazer alguma apologia, mas somente dar uso ao "esperar para ver", sem qualquer julgamento precipitado e assente em juízo vazio de argumentação e que, por essa razão, se preenche com a idade ou a área do conhecimento.

2. Esclarecido o cenário político, pelo menos para já, foquemo-nos em outras preocupações. Já abordei por diversas vezes o tema dos processos disciplinares movidos a trabalhadores em funções públicas. Trata-se de um expediente cada vez mais usual no dia a dia dos agrupamentos de escolas, sendo que, para mim, este facto constitui fonte de preocupação. Consequência da atividade profissional que desenvolvo no Sindicato dos Professores do Norte, sou mandatário em vários processos disciplinares movidos a professores.

Ressalvando desde já, por razão de honestidade, os exemplos verdadeiramente merecedores desta tutela, não posso deixar de apontar a proliferação dos processos disciplinares como a demonstração da falência do poder de direção e de um modelo de gestão e administração de escolas em concreto. Estamos perante uma utilização abusiva e despesista de processos disciplinares movidos sem grande enquadramento factual e ainda menos sustentação jurídica.

Tenho pugnado pela ausência de dignidade disciplinar de muitos destes processos. Mas isso não obsta ao efeito perverso para muitos docentes visados em processos disciplinares que nunca o deveriam ser.

3. A este propósito, recordo sempre um processo desenrolado na zona Centro, no qual a então direção regional decidiu instaurar um processo disciplinar ao presidente do Conselho Geral de um Agrupamento – que era, efetivamente docente, e nessa condição hierarquicamente subordinado, por atos praticados enquanto presidente do conselho.

Na altura, após proferida a acusação, defendi que o ministério não dispunha de legitimidade para instaurar aquele processo. Em bom rigor, o presidente de um Conselho Geral poderia ser um encarregado de educação, o representante da autarquia ou qualquer outro elemento do conselho sem qualquer subordinação jurídica ao Ministério da Educação.

Foram meses de inquérito, de inquirição de testemunhas e de angústia para um dos mais exemplares professores que conheci até hoje. Tudo no âmbito de um processo que estava defunto a partir do nascimento. O desfecho foi o único que poderia ter ocorrido (arquivamento), mas a questão de legitimidade ou falta dela nunca foi respondida. É um exemplo singelo, mas demonstrativo da falta de ponderação que preside aos despachos de instauração de processos disciplinares nos tempos que correm.

4. Como último considerando, importa salientar que o exercício do poder disciplinar está reservado a situações graves e inequívocas, que não possam ser solucionáveis por outra via ou pelo exercício normal das competências legalmente atribuídas. Trata-se de um poder/dever entendido, no nosso ordenamento jurídico, como contraponto do poder de direção e não como elemento integrante deste.

Esta definição abreviada, mas unânime na doutrina jurídica e jurisprudência dos nossos tribunais, permite-nos perceber que os processos disciplinares devem ser reservados apenas aos factos graves, inequívocos e em que a atuação dos trabalhadores, por ação ou omissão, evidencie dignidade e relevância disciplinares.

Esperemos por uma mudança neste domínio, sob pena de estarmos a criar uma hierarquia de conflito latente e ameaça permanente, como muitas das vezes já sucede.

José Miguel Pinho
advogado SPN



PRÉMIO LEYA

Anunciado como “um belíssimo retrato do mundo rural português” de meados do século passado, *O Coro dos Defuntos* valeu a António Tavares o Prémio LeYa 2015. Licenciado em Direito e professor do Ensino Secundário, António Tavares exerce atualmente o cargo de vice-presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Naqueles intensos anos 60-70, vivem-se grandes avanços e convulsões: os estudantes ocupam as ruas de Paris e Luther King é assassinado em Memphis; é transplantado o primeiro coração humano e o Amstrong pisa a lua; multiplicam-se as baixas americanas no Vietname e a inseminação artificial dá os primeiros passos.

Muito ligados à natureza, os habitantes da aldeia beirã onde decorre a ação preocupam-se, sobretudo, com a falta de chuva e as colheitas, o mildio e a vindima, e é disso, essencialmente, que se fala na taberna. Ainda assim, passam-se por ali coisas muito estranhas: uma velha prostituta é estrangulada, o suposto assassino some-se dentro de um penedo, a rapariga casta que coleciona santinhos sofre uma inesperada metamorfose e a parteira, que também é bruxa, sonha com o ditador a cair da cadeira e vê crescer-lhe um enorme cravo vermelho dentro da cabeça...

Para o crítico José Riço Direitinho (Ípsilon/Público), *O Coro dos Defuntos* “é, muito provavelmente, o melhor de todos os romances vencedores” do maior prémio literário português.



PRÉMIO MIGUEL TORGA

Mário Lúcio Sousa venceu o prémio Miguel Torga / Cidade de Coimbra de 2015 com *Biografia do Língua*. O escritor e ministro da Cultura cabo-verdiana manifestou a intenção de empregar o valor (5.000 euros) na recuperação do antigo campo de prisioneiros do Tarrafal, criado pelo Estado Novo em 1936. O narrador da obra distinguida é um condenado à morte a quem é concedido um último desejo e que escolhe contar a história do Língua, um escravo que falou aos sete meses de idade e teve direito a biografia encomendada pelo rei de Portugal.

Dá-se então um verdadeiro milagre: não só a história parece não ter fim, porque a vida do Língua está recheada de episódios em que os detalhes são de extrema importância, como começa a juntar-se cada vez mais gente para a ouvir. São às centenas os que todos os dias chegam à falésia de armas e bagagens, filhos, mulas, araras e macacos, dispostos a não perderem pitada do relato. E enquanto o narrador vai ganhando anos no cadafalso, é toda uma comunidade que se vai criando em torno do contar histórias. Além de escritor, Mário Lúcio Sousa é licenciado em Direito, compositor, multi-instrumentista e estudioso da música tradicional. Fundador e líder do grupo Simentera, gravou, entre outros, com Gilberto Gil, Manu Dibango, Maria João e Mário Laginha, Milton Nascimento, Pablo Milanes, Paulinho da Viola, Pedro Joia e Toumani Diabate.

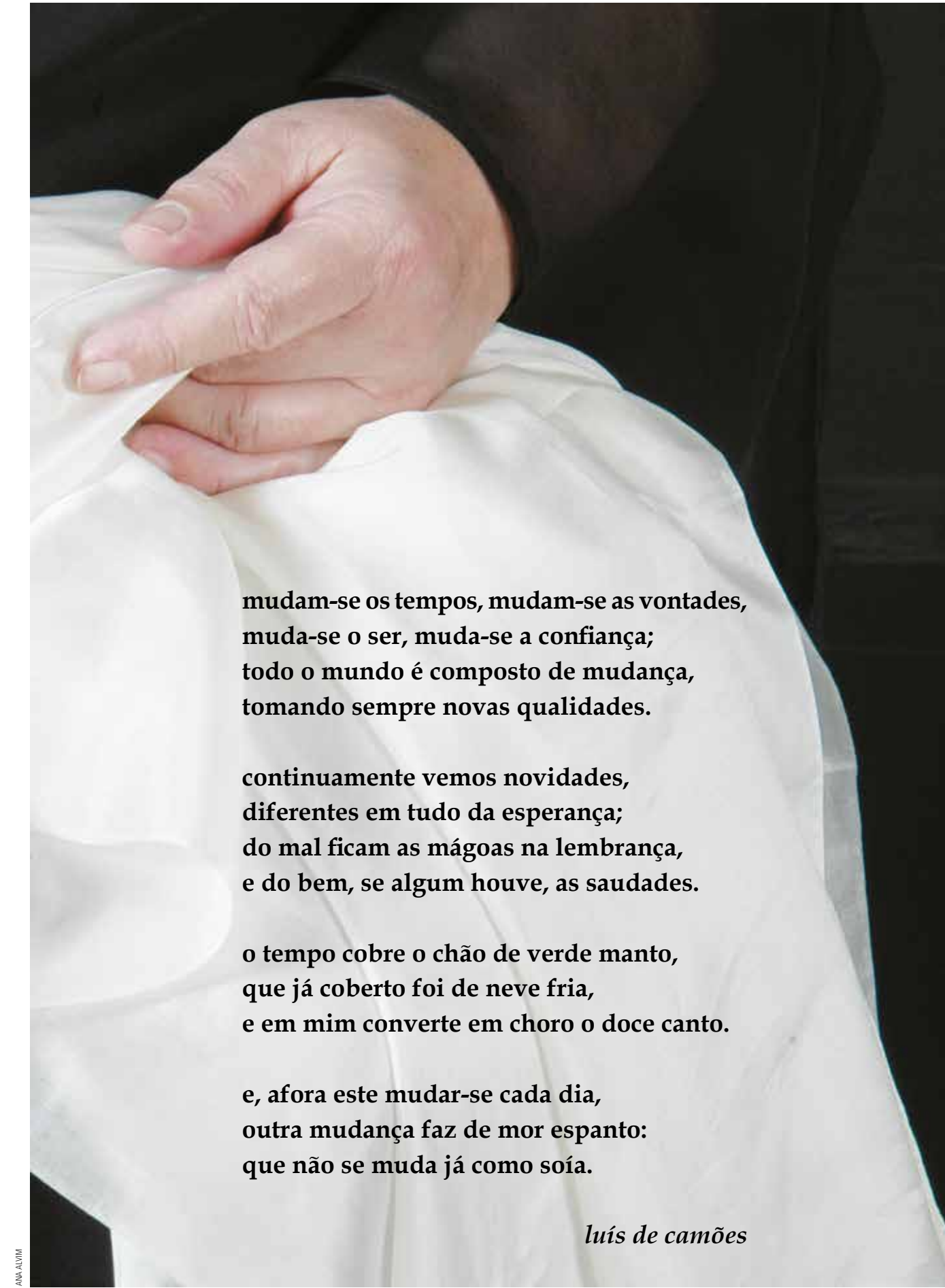


MARIANA CANTA PAREDES

“Há uma célebre fotografia de Carlos Paredes, tirada pelo fotógrafo francês Serge Cohen, onde ele, de pés imersos nas águas do mar, segura nos braços um molho de cravos”, recorda o jornalista Nuno Pacheco. Ora, a capa do disco-livro *Cantar Paredes* remete exatamente para essa imagem. Mário Príncipe fotografou Mariana Abrunheiro vestida de preto e abraçando cravos, como o guitarrista. “É uma homenagem à sua postura na arte e na vida”, justifica a cantora ao Público. “Ele faz parte da minha banda sonora diária, e era muito natural eu cantar as melodias. Algumas das músicas ficaram com um tratamento mais erudito, outras mais tradicional, outras mais jazzístico.”

Sem guitarra, as oito composições de Carlos Paredes – algumas apenas com vocalizos, outras com poemas (Pedro Tamen, Ary dos Santos, Pedro Ayres de Magalhães) – foram adaptadas para outros instrumentos, tocados por músicos de excelência como Ruben Alves (piano em todos os temas), Artur Fernandes (concertina, Danças Ocultas), Carlos Bica (contrabaixo), Jaques Morelenbaum (violoncelista brasileiro), Jon Luz (cavaquinho caboverdiano), Pedro Carneiro (vibrafone e marimba) ou o grupo coral alentejano Estrelas do Sul, de Portel.

O disco-livro inclui textos e fotos inspirados nas canções, de autores como Adelino Gomes, Gonçalo M. Tavares e Irene Flunser Pimentel, ou Duarte Belo, Jordi Burch, João Tabarra e Eduardo Gageiro.



mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
muda-se o ser, muda-se a confiança;
todo o mundo é composto de mudança,
tomando sempre novas qualidades.

continuamente vemos novidades,
diferentes em tudo da esperança;
do mal ficam as mágoas na lembrança,
e do bem, se algum houve, as saudades.

o tempo cobre o chão de verde manto,
que já coberto foi de neve fria,
e em mim converte em choro o doce canto.

e, afora este mudar-se cada dia,
outra mudança faz de mor espanto:
que não se muda já como soía.

luís de camões



nesta edição

a abrir

02. **Primeira reunião com o ministério permite esperança**

editorial

03. **Tempos de mudança positiva**

ação sindical

04. **2015 em revista**
09. **Ensino Artístico Especializado à beira da rutura**
10. **Parlamento aprovou o fim da requalificação**
11. **Por um regime de aposentação justo**
12. **Ensino Particular e Cooperativo: a luta continua na Justiça**
13. **Registo criminal, sim ou não?**

em foco

A Fenprof tem programada para o início de 2016 uma campanha de valorização do 1º Ciclo – uma espécie de roteiro por todo o país, denunciando e dando visibilidade aos diversos problemas existentes. Esta edição aponta já algumas soluções para um nível de ensino que, pela sua importância, merece e exige ser respeitado.

14. **Que caminhos para o 1º Ciclo?**
15. **A propósito da avaliação**
19. **Uma escola para os professores ou para os alunos?**
20. **Uma perspetiva para o futuro**

notícias spn

Sócios aprovaram Plano de Atividades do SPN para 2016

22. **Não há mal que sempre dure...**

nacional

26. **Governação à vista**

consultório jurídico

29. **Esperar para ver**

apostas spn

30. **Prémio LeYa | Prémio Miguel Torga | Mariana canta Paredes**

a fechar

31. ***Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades***

